

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA nº 15 /2010

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Foi solicitada pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, vistoria técnica na Fazenda Santo Antônio, localizada na área rural do município de Esmeraldas, para verificar o estado de conservação e medidas necessárias para sua preservação. A vistoria foi realizada pela arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais, analista do Ministério Público, no dia 26 de março de 2010.

2 – METODOLOGIA

Para elaboração do presente Laudo de Vistoria foram usados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção “in loco” no bem cultural, objeto deste laudo; consulta ao Dossiê de Tombamento da Fazenda Santo Antônio, análise do Plano Diretor e Lei Orgânica Municipal, análise das Leis de Proteção ao Patrimônio Cultural Municipal e consulta ao livro “Esmeraldas Uma contribuição à história de Minas 1735-2000”, de Avelar Rodrigues.

3 – HISTÓRICO DO BEM CULTURAL

3.1 – Breve Histórico do Município de Esmeraldas

Emancipada em setembro de 1901, Esmeraldas é parte da história bandeirante do Brasil. Integrada ao circuito Verde Trilha dos Bandeirantes - cidades marcadas pela passagem das bandeiras – sua história inicia-se no século XVII, quando o desbravador Fernão Dias Paes Leme acalentava seu grande sonho: descobrir pedras preciosas. Surgida às margens do caminho que ligava Pitangui a Sabará - o primeiro nome da cidade foi em homenagem à Santa Quitéria - em razão do terreno cedido pelo fazendeiro Antônio Barbosa Leão, no ano de 1735, para a construção da capela.

Com um clima ameno e uma bela paisagem panorâmica, em seu entorno surgiram as primeiras casas, iniciando-se as sementes de uma comunidade. Aos poucos, o povoado transformaria em centro de vida civil, religiosa, social e econômica.

Mais de um século depois de sua fundação, em decreto imperial assinado pelo regente Feijó, criou-se a freguesia de Santa Quitéria, no dia 14 de julho de 1832. Em 1901, criou-se o município de Santa Quitéria, desmembrando-se de Sabará, composto àquela época por quatro distritos: o da Vila Santa Quitéria (sede do município) e os de Capela Nova do Betim, Contagem das Abóboras e Vargem da Pantana (Ibirité). Pouco tempo depois, no dia 30 de agosto de 1911, os distritos de Contagem e Vargem de Pantana desmembraram-se do município de Santa Quitéria e passaram a compor o novo município de Contagem. Por conseguinte, Santa Quitéria ficou composta por dois distritos: o da sede de Santa Quitéria e o de Capela Nova de Betim.

Em razão das mudanças territoriais, em 1943, o município de Santa Quitéria passou a se chamar Esmeraldas, por força do Decreto Lei nº 1.058 daquele ano, quando o território municipal ficou composto dos distritos da sede (Esmeraldas, ex-Santa Quitéria), Andiroba (ex-Buriti) e Melo Viana (ex-Palmital).

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Promulgada pela Lei Orgânica em 18 de março de 1990, instituiu-se em 16 de setembro o dia do Município.

Fonte : <http://www.esmeraldas.mg.gov.br/acidade/index.html> e Livro “Esmeraldas Uma contribuição à história de Minas 1735-2000”, de Avelar Rodrigues.

3.2 – Fazenda Santo Antônio

A Casa Sede da Fazenda Santo Antônio foi construída pelo Visconde de Caeté¹, que se instalou no local quando do seu retorno de Portugal, em 1796.

Ao lado direito da edificação havia um velho moinho de fubá, instalado em uma rústica e antiga construção. Na madeira do moinho encontrava-se gravada a data de 1818, indício importante da época de início da construção do solar. Como o milho constituía-se alimento básico dos escravos, conclui-se que a obra da edificação do solar se deu após 1818, data em que foi construído o moinho destinado à produção de fubá, que servia no preparo da alimentação dos escravos que construíram a casa sede. Esta foi concluída em 1822, conforme inscrições existentes nas pinturas existentes no interior da edificação, para o casamento do Visconde.



Figura 01 – Visconde de Caeté

Externamente, no pátio posterior, localizavam-se a senzala, convento para as escravas solteiras e os serviços necessários ao engenho: moinhos, teares, carpintaria, etc; além de pomar, parque, lago para barcos e criação de peixes, benfeitorias estas que não existem mais.

Internamente havia vários ambientes, amplos e de pé direito muito alto. A porta principal acessa um hall que contém uma escadaria de madeira, que dá acesso ao segundo pavimento. Neste

¹ José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, o Visconde de Caeté foi um proprietário rural e político brasileiro. Formou-se em Direito e Medicina na Universidade de Coimbra. Foi um dos responsáveis por pressionar o futuro imperador Dom Pedro I que no dia 9 de janeiro de 1822 permanecesse no país e não partisse para Portugal, e que ficou conhecido como o “dia do fico”. Foi o primeiro presidente da província de Minas Gerais e senador do Império do Brasil de 1826 a 1838.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

há vários ambientes, destacando-se o salão nobre, medindo onze metros de comprimento por sete de largura com forro em gamela; a biblioteca, a capela e a sala de viver. No andar térreo estão a sala de jantar, a copa e vários dormitórios. Os tetos eram forrados de um tecido de taquara muito fino e delicado, formando arabescos caprichosos; forrações estas que foram danificadas e destruídas ao longo do tempo.

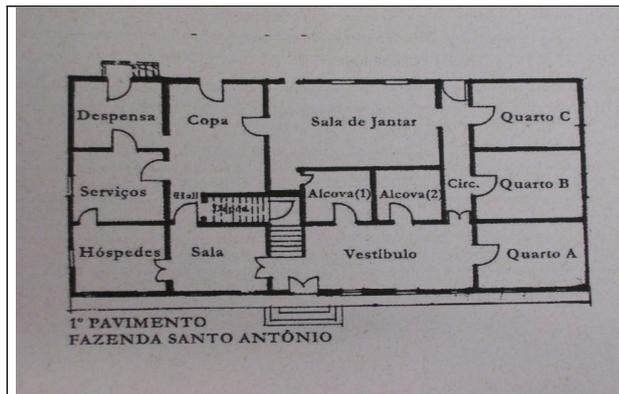


Figura 02 – Planta primeiro pavimento.

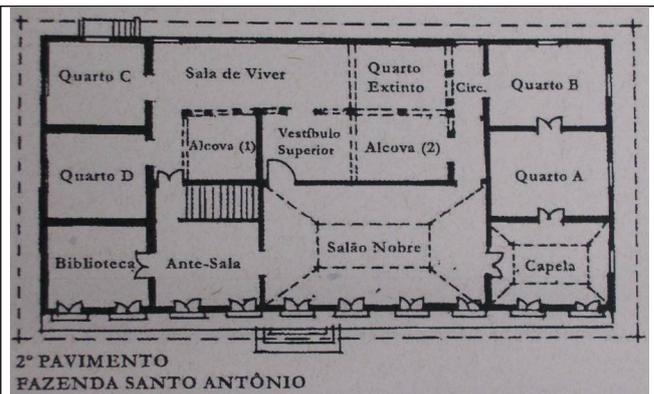


Figura 03 – Planta segundo pavimento.

A decoração em pinturas dos salões havia sido executada em 1822, trabalho realizado pelo Alferes José Ribeiro da Fonseca². Este trabalho foi substituído por uma segunda pintura feita em 1831.

No velho casarão, muitas vezes resolveram-se e lavraram-se atos e decretos governamentais do mais alto significado para a vida e progresso da nascente Província. Lá também foram debatidos e decididos, com outros políticos da época, questões vitais da administração pública, nos dias ainda indecisos do primeiro Império.

No fim dos seus dias, o Visconde de Caeté deixa a Fazenda Santo Antônio e se transfere com a família para a Fazenda do Rio São João, de seu sogro, onde ocorreu seu falecimento em 10 de fevereiro de 1838.

Neste imóvel também viveu, durante sua infância e mocidade, outro notável Presidente de Minas e Vice Presidente da República, o Dr Fernando de Melo Viana, nascido em Sabará, constituindo-se ambos duas lembranças gratas que iluminam a longa existência desse belo monumento da Fazenda Santo Antônio.

A sede da Fazenda Santo Antônio teve seu tombamento aprovado pelo Iepha em 25/08/2004. Os atuais proprietários são Ana das Dores Lara, Vicentina Maria Lara, José Silvério Lara e Luiz Monteiro Lara.³

Fonte : Livro “Esmeraldas Uma contribuição à história de Minas 1735-2000”, de Avelar Rodrigues.

4 - ANÁLISE TÉCNICA

² Inteligência revelada à arte, como o fizeram notório seus trabalhos de pinturas em igrejas de Sabará, Nova Lima, Santa Quitéria e São Gonçalo.

³ José Silvério Lara e Luiz Monteiro Lara residem na Fazenda Santo Antônio e Ana das Dores Lara e Vicentina Maria Lara residem na Rua Quintiliano José da Silva, 47 – Centro – Esmeraldas.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

O Casarão sede da Fazenda Santo Antônio localiza-se a aproximadamente 5 km da cidade de Esmeraldas e o acesso é feito através de estrada de terra que liga Esmeraldas ao povoado de Urucuia.

Está implantado em terreno com declividade suave, contendo vegetação rasteira e algumas árvores frutíferas. Há um grande pátio frontal, em torno do qual se organizam as demais benfeitorias que fazem parte do conjunto da fazenda. O casarão sede está no centro, em posição de destaque, o curral localiza-se à direita da sede e à esquerda localizam-se edificações de apoio.



Figura 04 – Vista aérea da fazenda.



Figura 05 – Vista Panorâmica da fazenda.

O casarão possui partido retangular e tem características coloniais. Possui dois pavimentos, estrutura autônoma de madeira e alvenaria de adobe. A cobertura de quatro águas possui engradamento de madeira, vedação em telhas tipo capa e bica e acabamento do beiral com cimalha de madeira. A fachada principal é simétrica, com acesso central feito através de portal diferenciado, acessado através de escadaria de pedras, com desnível aproximado de 1 metro.

Os vãos do primeiro piso são janelas de peitoril⁴ e do segundo piso são janelas de púlpito⁵, com sacadas guarnecidas de ferro moldado. As vergas são em arco abatido as esquadrias são de madeira e vidro.

Internamente, possui vários ambientes e os pavimentos são interligados através de escada de madeira. Os pisos são em tabuado de madeira, as paredes de alguns ambientes possuem pequenos remanescentes de pinturas ornamentais e há salas com forro tipo gamela.

Durante a vistoria, constatou-se que o imóvel encontra-se em mau estado de conservação. A fazenda ainda é utilizada, mas a casa-sede está abandonada. É possível o acesso ao interior do imóvel, o que expõe o mesmo às ações de vandalismo e furtos de seus elementos originais.

⁴ O vão aberto, no plano da parede, leva peitoril cheio.

⁵ Quando existe um balcão e um guarda-corpo isolado para cada janela

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 06 – Vista geral do casarão.

Segundo informações prestadas pelo Iepha, em 1999 foi firmado convênio entre a Prefeitura Municipal de Esmeraldas e o Ministério da Cultura, objetivando a execução da primeira etapa da recuperação da edificação, que previa o escoramento das paredes e peças estruturais deterioradas, seleção e armazenamento das tábuas removidas, recomposição de vãos abertos para reforço da estrutura, demolição dos rebocos remanescentes nas fachadas, revestimento das paredes externas, substituição dos frechais deteriorados, reforço das tesouras e substituição de peças deterioradas do telhado, além de imunização. Foi realizada em 2000 intervenção executada pela empresa Plana Planejamento, Arquitetura e Consultoria Ltda, que deixou o sobrado com novo telhado e reboco externo, porém, a segunda etapa da recuperação não foi executada por entraves legais. Nesta intervenção também foram demolidos cômodos construídos nos fundos da casa (cozinha, depósito e banheiro), pois considerou-se que não faziam parte do corpo original da edificação. Ainda permanece no local uma caixa d'água de concreto, que descaracteriza a edificação.



Figura 07 – Caixa d'água na área externa.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A estrutura do prédio encontra-se em bom estado de conservação. Há manchas de umidade principalmente junto à base da edificação. Muitas alvenarias originais foram substituídas por argamassa de cimento e várias paredes internas encontram-se apicoadas, sem revestimento, deixando aparentes os tijolos de adobe. Houve a preocupação em se deixar “janelas” das antigas pinturas decorativas existentes nas paredes ao remover o antigo reboco. Algumas alvenarias internas possuem inscrições e sujidades e há trechos com descolamento de reboco e peças de adobe soltas.



Figura 08 – Inscrições nas alvenarias.



Figura 09 – Alvenarias sem reboco.



Figura 10 – Fachada externa com novo reboco de argamassa de cimento.



Figuras 11, 12 e 13 – “Janelas” com as antigas pinturas decorativas.

O alicerce apresenta-se com algumas pedras soltas e plantas invasoras. A cobertura, como já dito anteriormente, passou por intervenções em 2000. Entretanto, há pontos destelhados e parte da cimalha do beiral não existe mais. Há colônias de insetos junto ao beiral no encontro das fachadas frontal e lateral esquerda e no interior da edificação.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



As esquadrias apresentam-se desgastadas, com elementos faltantes, trechos apodrecidos devido à umidade, descolamento da pintura, vidros quebrados e ferragens enferrujadas. Os guarda-corpos externos também se encontram oxidados.



Internamente, praticamente todo o piso de madeira foi removido, restando poucas tábuas apoiadas sobre os barrotes. Parte do material encontra-se empilhado dentro de alguns cômodos no interior da edificação, acondicionada de forma precária e sem controle, e outra parte foi utilizada para outros fins, na própria fazenda. A madeira remanescente (tábuas e barrotes) encontra-se em bom estado de conservação.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A maior parte dos cômodos não possui mais forro, havendo dois ambientes no segundo pavimento com forro em gamela. Há pequeno trecho de forro de esteira em um dos ambientes do segundo piso.



Figuras 23 e 24 – Forros em gamela.

5 – CONCLUSÕES

Transcrevemos abaixo alguns trechos da Lei nº 2058/2006, que dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico Participativo do Município de Esmeraldas:

Art. 13 - São objetivos do Plano Diretor Estratégico Participativo do Município de Esmeraldas: XIV - preservar e promover a recuperação do meio ambiente natural e construído, bem como do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

Subseção IV

Da Cultura

Art. 25 - São objetivos da política municipal de cultura:

VII - promover uma política de ação que vise à recuperação, valorização e preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Ambiental do Município;

XI - preservar, conservar e recuperar o Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Arquitetônico, Ambiental e a memória local, envolvendo o Poder Público, a iniciativa privada e a ação da comunidade.

Subseção V

Da Preservação e Proteção da Memória e do Patrimônio Cultural

Art. 27- São objetivos da política de proteção da memória e do patrimônio cultural de Esmeraldas:

I - priorizar a preservação de conjuntos arquitetônicos rurais e edificações isoladas da sede, dos distritos e dos povoados;

VIII - coibir a destruição de bens protegidos;

Parágrafo único – Os objetivos referidos neste artigo devem ser aplicados

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

preferencialmente nos seguintes conjuntos urbanos, rurais e paisagísticos e adjacências, já cadastrados e inventariados e demais a serem cadastrados:

VI - Casarão Santo Antônio;

Concluímos que o Patrimônio Histórico e Cultural do Município é contemplado no Plano Diretor da cidade, devendo o município cumprir tal legislação.

O bem cultural vistoriado, além de ser um importante exemplar arquitetônico, é um espaço considerado lugar de memória, de significativo valor cultural para a comunidade de Esmeraldas e de toda Minas Gerais.

A não conclusão da obra de restauração iniciada em 2000 faz com que a edificação encontre-se num estado de abandono, colocando em risco sua integridade. A edificação necessita de intervenção de restauração⁶. Assim, faz-se necessária a elaboração e execução de um projeto de restauração da edificação, com acompanhamento, nas duas etapas, do órgão de proteção.

Como medidas emergenciais, sugere-se:

- Cobertura - colocação imediata de lona sobre a cobertura (evitar a utilização de lona preta devido a sua baixa durabilidade), de modo a conter as infiltrações, que aceleram o processo de degradação do imóvel.
- Remoção das colônias de insetos existentes no interior e exterior da edificação.
- Esquadrias – vedação com madeirite ou alvenaria com massa fraca dos vãos de portas e janelas, visando conter o vandalismo e má utilização do bem imóvel. Deve-se ter o cuidado de não danificar as alvenarias e/ou esquadrias remanescentes.
- A capina da área no entorno e a limpeza interna do imóvel também são medidas emergenciais, para evitar a proliferação de animais.

Além disso, sugere-se:

- Cobertura - Deverá ser feita revisão geral em todo madeiramento e telhas, com substituição de peças e telhas comprometidas e / ou em mau estado de conservação. Sugere-se a amarração de algumas fiadas de telhas, evitando que as mesmas “escorram”;
- Recuperação das alvenarias, com recomposição dos rebocos. Deve-se manter as “janelas” com as antigas pinturas existentes, testemunhas de um passado, propiciando que o visitante conheça como eram as pinturas decorativas existentes no casarão;
- Recuperação das esquadrias e ferragens. As esquadrias faltantes deverão ser executadas, seguindo os modelos pré-existentes, tendo como referência fotos e documentos antigos;
- Imunização de todas as madeiras com ataque de insetos xilófagos;
- As tábuas do piso deverão ser recolocadas;
- Os forros devem ser recuperados;
- Remoção da caixa d’água existente nos fundos da edificação e construção em outro local que não interfira na ambiência do bem protegido;
- É necessário propor uso ao imóvel, compatível com as características do edifício, da vizinhança e dos atuais costumes e anseios da população local, de forma a se garantir sua

⁶ Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

manutenção periódica. A preservação é de suma importância para a perpetuação do bem e uma das formas de preservar é atribuir um uso ao imóvel, a fim de incorporá-lo ao cotidiano dos habitantes, fazendo com que o imóvel cultural cumpra sua função social. A esse respeito, a Carta de Atenas⁷ prevê: “(...) A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico (...)”. Algumas atividades culturais já foram realizadas na área livre localizada na frente do casarão, porém trata-se de um uso ínfimo diante das grandes possibilidades que a edificação pode oferecer.

- Deverão ser desenvolvidos projetos elétrico, hidráulico e outros complementares necessários ao novo uso do imóvel após a recuperação.
- Sugere-se que seja instalada iluminação noturna, que além de valorizar o bem cultural, promove maior segurança ao local.
- Deverá ser previsto sistema de drenagem de águas pluviais eficiente na área externa, de forma a prevenir infiltrações na edificação.

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos. Segue este laudo, em 10 (dez) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2010.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D

⁷A Carta de Atenas foi solenemente promulgada pela Sociedade das Nações. Atenas, Outubro de 1931.